



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CARTA CONTRATO Nº 04/2022**

**CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 04/2022**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI N. 0000421-59.2022.6.22.8000**

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI, PARA ASSINATURA E ACESSO A BANCO DE IMAGENS ON-LINE, PARA UTILIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.**

**CONTRATANTE:** UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) e do CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021).

**CONTRATADA:** Empresa **SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **14.278.276/0001-40**, com sede na Rua dos Inconfidentes, n. 867 – Andar 02, Bairro: Savassi, CEP: 30.140-128, Município: Belo Horizonte, Estado: Minas Gerais, Telefone(s): (31) 97511-8100/ (31) 2532-2387, E-mail(s): [comercial@sxcorp.com.br](mailto:comercial@sxcorp.com.br); [saulo@sxcorp.com.br](mailto:saulo@sxcorp.com.br); [licitacao@sxcorp.com.br](mailto:licitacao@sxcorp.com.br), neste ato representada pelo senhor **SAULO GUIMARÃES PEDROSA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) e do CPF (dados pessoais suprimidos em



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021).

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO e, supletivamente, Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 10.406/2002 (Código Civil), bem como Resolução TSE n. 23.234/2010.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, II, da Lei n. 8.666/93 e Cotação de Preços n. 002/2022-SLC.

**Ato de Autorização da Despesa e Ratificação da Dispensa de Licitação:** Despacho n. 297/2022-PRES/DG/GABDG, de 23/03/2022, evento [0804809](#).

### **DO OBJETO**

**(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto desta Carta-Contrato a contratação de assinatura e acesso a Banco de Imagens *on-line* para utilização pela Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme condições constantes no Projeto Básico respectivo e na Carta-Proposta da CONTRATADA, e com as seguintes funcionalidades, além das atualizações durante a contratação:

I - O plano de assinatura anual deve contemplar, no mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) imagens de alta resolução por mês para **diversos usuários (logins) com possibilidade de acesso *on-line* simultâneo em computadores diferentes**, sem limitação diária de *downloads*;

II - O objeto deverá conter, no mínimo, as características descritas no **QUADRO 1** adiante:

QUADRO 1	
CARACTERÍSTICAS	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quantidade no banco de imagens	No mínimo, 5 (cinco) milhões de imagens de alta resolução (incluindo fotos, ilustrações, gravuras e vetores). É desejável também que o banco contenha imagens exclusivas.
Tipo de imagens	Fotos, ilustrações, gravuras e vetores.
Acesso ao serviço e compartilhamento	Pela internet, com utilização de <i>login</i> e senha, para diversos usuários ( <i>logins</i> ) com possibilidade de acesso <i>on-line</i> simultâneo em computadores diferentes.
<i>Downloads</i> de imagens e vetores	No mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) imagens de alta resolução por mês. O saldo eventualmente não utilizado em um determinado mês permanecerá disponível para <i>download</i> nos meses seguintes compreendidos no período de vigência do contrato.
Uso/destinação das imagens e vetores	<p><b>a) Uso Digital:</b> sites; modelos de site; postagem em contas institucionais de redes sociais (<i>facebook</i>, <i>twitter</i>, <i>youtube</i> etc) <i>banners</i> educativos; protetores de tela; papéis de parede; <i>e-cards</i>; <i>e-mails</i>; <i>e-books</i>; apresentações, modelos de apresentação (<i>PowerPoint</i>, <i>Flash</i> etc.); modelos de documento; quaisquer outros modelos; propaganda de TV, uso em vídeos e filmes; itens para distribuição gratuita; uso não comercial; etc.;</p> <p><b>b. Uso impresso:</b> capas e ilustrações para folhetos, <i>flyers</i>, <i>folders</i>, cartilhas, jornais, livros ou revistas consistindo inteiramente ou em grande parte de ilustrações, com finalidade educativa e de distribuição gratuita; propaganda ou publicidade em jornais e revistas; materiais de propaganda ou publicidade impressos com distribuição gratuita; cartões de visita; pôsteres e cartazes educativos; capas de CD/DVD; pacotes, etiquetas, papelaria: pastas, cadernos, canetas, lápis e adesivos; atrativos; calendários; canecas e copos; <i>mousepads</i>; camisetas, roupas; itens para distribuição gratuita; uso não comercial; etc.</p>
Idioma/interface do site/plataforma de acesso ao banco de imagens	Exclusivamente em Português BR.
Suporte	Mínimo de segunda a sexta-feira em horário comercial,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>com atendimento em língua portuguesa.</p> <p>O suporte técnico deve compreender a solução de problemas, incluindo o esclarecimento de dúvidas.</p> <p>O fornecedor deverá oferecer suporte, de segunda a sexta-feira, no horário comercial do sistema, através de telefone fixo no Brasil e e-mail institucional.</p>
--	--

**Subcláusula Primeira** – Os dados de acesso deverão ser encaminhados para o e-mail: **secoms@tre-ro.jus.br**, dentro do prazo definido para disponibilização do acesso ao banco de imagens e a assinatura deverá ser realizada em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

**Subcláusula Segunda**- Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico e a Cotação de Preços respectivos, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação.

### **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

### **DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 57, § 1º e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e não poderá ser prorrogada.

**Subcláusula única** – A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da assinatura deste instrumento, sendo este marco temporal adotado como data-base para



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fins de apuração do período de 12 (meses) de efetiva disponibilização dos serviços.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 8.900,00** (oito mil e novecentos reais), consoante proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Primeira** - No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos incidentes, encargos sociais, trabalhistas, fretes, lucro, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Segunda** – As condições quanto à eventuais: reajuste, repactuação, reequilíbrio, revisão e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

**Subcláusula Terceira** – As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral de Rondônia, NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39, NOTA DE EMPENHO: 2022NE000230 (evento [0807430](#)), de 24/03/2022, conforme resumo a seguir:

QUADRO 3		
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Orçamento Ordinário (Manutenção Geral)	
AGREGADOR	Operação dos serviços administrativos	
DESPESA AGREGADA	Serviços de filmagem (audiovisuais) e planejamento de mídias sociais	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PLANO INTERNO	ADM APOIO
---------------	-----------

**DO PAGAMENTO**

**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – O pagamento desta contratação será efetuado à CONTRATADA em parcela única, no valor contratado, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta comercial ou em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis após a disponibilização dos serviços contratados, por meio do acesso ao banco de imagens, da apresentação da Fatura/Nota Fiscal respectiva e da atestação dessa nota fiscal/fatura pelo fiscal da contratação, sendo que o CONTRATANTE fará as retenções legais aplicáveis.

**Subcláusula Primeira** - Caso haja alguma pendência quanto à regularidade fiscal da CONTRATADA, o gestor deste instrumento notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal.

**Subcláusula Segunda** - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento, ou no prazo estabelecido, ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade, sendo que, no caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

**Subcláusula Terceira** - Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos.

**Subcláusula Quarta** - Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quinta** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**Subcláusula Sexta** - O pagamento, quando houver eventuais reajuste, repactuação, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.

**Subcláusula Sétima** - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

**Subcláusula Oitava** - Identificada qualquer cobrança indevida ou erro na documentação enviada para pagamento, o pagamento ficará sobrestado e os fatos serão informados à CONTRATADA para regularização, sendo que a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**Subcláusula Nona** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

**I** =  $(TX)/365$

**I** =  $(6/100)/ 365$

**I** = 0,00016438

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%.

**Subcláusula Décima** - A compensação financeira prevista na presente cláusula será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – São obrigações do CONTRATANTE:

I - Cumprir e fazer cumprir todos as condições, os preços e os prazos estabelecidos pelas regras contratuais (Projeto Básico e este instrumento);

II – Expedir a nota de empenho no valor da contratação e enviá-la à CONTRATADA;

III - Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto deste instrumento;

IV - Receber os serviços da assinatura anual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o início da disponibilização dos serviços;

V – Rejeitar os serviços da assinatura anual, na eventualidade da CONTRATADA não disponibilizar, de forma injustificada, os acessos aos serviços objeto da contratação ou fazê-lo em desacordo com as regras desta Carta-Contrato e do projeto básico;

VI - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

VII - Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas no contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, se injustificadas;

VIII - Aplicar à CONTRATADA as sanções legais, regulamentares e contratuais;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IX - Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

X – Realizar o pagamento antecipado da assinatura anual à CONTRATADA, conforme regras previstas na seção “DO PAGAMENTO” deste instrumento; e

XI - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, II, XII e XIII, da Lei nº 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATADA:**

I - Executar os serviços de acordo com termos, condições, preços e prazos descritos no Projeto Básico e neste instrumento, podendo ser destacado, entre outras obrigações:

- a) Disponibilizar ininterruptamente o acesso e uso das imagens;
- b) Garantir a continuidade da prestação dos serviços, providenciando a imediata correção de falhas identificadas na sua execução, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE;
- c) Disponibilizar as imagens com a qualidade proposta; e
- d) manter os canais de suporte na forma e condições registradas na sua proposta.

II - Iniciar a prestação dos serviços, por meio da disponibilização do acesso ao banco de imagens, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após a assinatura da carta-contrato, sob pena das sanções descritas neste instrumento contratual;

III – Apresentar a nota fiscal/fatura dos serviços para pagamento, nos termos pactuados;

IV - Comunicar por escrito eventual atraso ou anormalidade que possa interromper ou paralisar a prestação dos serviços, prestando os esclarecimentos e justificativas ao CONTRATANTE;

V - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio do CONTRATANTE ou de terceiros, desde que advindo de sua culpa dolo na prestação dos serviços, ainda que de forma involuntária;

VII - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

VIII - Não transferir a outrem o objeto desta Carta-Contrato;

IX- Manter-se, durante toda a execução desta contratação, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no Projeto Básico;

X - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto desta contratação em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93;

XI - Apresentar, se entender necessário, pedidos de prorrogação do prazo de execução dos serviços contratados, dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando que:

a) Os pedidos de prorrogação de prazo deverão apresentar a devida justificativa e ser dirigidos à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação de um dos gestores do contrato, decidir acerca desses pedidos formulados; e

b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para execução do serviço, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.

XII - Sujeitar à ampla fiscalização do CONTRATANTE, inclusive respondendo a todas as solicitações e diligências que se fizerem necessárias;

XIII - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO;

XIV - Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor deste instrumento para adimplemento de obrigação contratual; e

XV - Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 67, da Lei nº 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização desta Carta-Contrato serão exercidas pela Seção de Comunicação Social - SECOMS, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhes, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008.

**Subcláusula Primeira** – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

**Subcláusula Segunda** – Os procedimentos adotados são os previstos no Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

**DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**(Lei 13.709/2018)**

**CLÁUSULA NONA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

personais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respetivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respetivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respetivo **Controlador** não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indebita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respetivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respetivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respetivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor indicado pela Ouvidoria do TRE-RO, telefone: (69) 3211-2173, e-mail: [ouvidoria@tre-ro.jus](mailto:ouvidoria@tre-ro.jus).

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – O descumprimento injustificado das obrigações ora assumidas sujeitas a CONTRATADA ao pagamento de multa moratória, consoante o caput e §§ do artigo 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

**I - Descumprir o prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos** após a assinatura do contrato **para iniciar a prestação dos serviços** por meio da disponibilização do acesso ao banco de imagens:

- a) Até 5 (cinco) dias corridos de atraso: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da carta-contrato;
- b) De 6 (seis) a 15 (quinze) dias corridos de atraso: multa de 20% (dez por cento) sobre o valor da carta-contrato;
- c) Atraso superior a 15 (quinze) dias corridos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da carta-contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da carta-contrato.

**II – Interromper a prestação dos serviços** objeto da carta-contrato:

- a) Até 5 (cinco) dias de interrupção: atrasos: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da carta-contrato;
- b) De 6 (seis) a 15 (quinze) dias de interrupção: atrasos: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Carta-Contrato;
- c) Interrupção superior a 15 (quinze) dias corridos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da carta-contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da Carta-Contrato.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III – Deixar de prestar suporte ou presta-lo de forma ineficaz**, contrariando as condições estabelecidas na Carta-Contrato:

- a) Primeira ocorrência: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da carta-contrato;
- b) Segunda ocorrência: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da carta-contrato;
- c) Terceira ocorrência: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da carta-contrato;
- d) Quarta ocorrência: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da carta-contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da carta-contrato.

**IV - Descumprir as demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor da carta-contrato:

- a) Primeiro descumprimento: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da carta-contrato;
- b) De 2 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da carta-contrato;
- c) Mais de 5 (cinco) descumprimentos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da carta-contrato.

**Subcláusula Primeira** – Nas hipóteses de inexecução parcial ou total injustificada das obrigações estipuladas nesta Carta-Contrato, com fundamento no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da carta-contrato, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** – O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à contratada, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

**Subcláusula Terceira** – O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à contratada, deverá ser automaticamente descontada do pagamento da fatura a que fizer jus.

**Subcláusula Quarta** – No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRE-RO 05/2009).

**Subcláusula Quinta** – Caso a CONTRATADA não tenha créditos a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas a mesma, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

**Subcláusula Sexta** – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido no PB, seu valor será corrigido com juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, conforme determina o art. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e o Acórdão n. 1.603/2011 do Tribunal de Contas da União.

**Subcláusula Sétima** – Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

**Subcláusula Oitava** – No mesmo ato, o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Nona** – Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

**Subcláusula Décima** – As multas e demais penalidades previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante e, obrigatoriamente, devem ser registradas no SICAF.

**Subcláusula Décima Primeira**– O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**Subcláusula Décima Segunda** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Esta Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos a que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da administração;
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui causa de rescisão contratual a contratação, pela empresa contratada, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela Administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta Carta-Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** - Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sétima** - Por se tratar de contratação de escopo, com previsão de prestação de serviços por 12 meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XI e XII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicam-se a legislação, as normas e os documentos indicados no início desta Carta-contrato, nos itens “Legislação aplicável” e “Fundamento legal”.

**Subcláusula única** – Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem CONTRATANTE e CONTRATADA assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que segue assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

Porto Velho-RO, 30 de março de 2022.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>SAULO GUIMARÃES PEDROSA</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 30/03/2022, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SAULO GUIMARAES PEDROSA, Usuário Externo**, em 31/03/2022, às 09:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 31/03/2022, às 09:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 31/03/2022, às 11:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0808722** e o código CRC **E2FB509C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

Sr. Secretário da SAOFC,

Solicito a Vossa Senhoria **autorização** para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência/projeto básico para a pretensa contratação, conforme segue:

<b>Unidade solicitante:</b>	<i>Seção de Comunicação Social</i>
<b>Unidade demandante:</b>	<i>Seção de Comunicação Social</i>
<b>Servidores responsáveis pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do PB/TR:</b>	Michel Andrade do Nascimento e Andrey Noé Silva
<b>Objeto:</b>	Contratação, pelo período de <b>12 meses</b> , de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para utilização pela Justiça Eleitoral de Rondônia.
<b>Quantidade:</b>	<i>Uma assinatura.</i>
<b>Plano Anual de Contratação (PAC):</b>	(    ) <i>Sim.</i>  ( <i>x</i> ) <i>Não. Justificativa da necessidade:</i> Trata-se de assinatura de banco de imagens para download de fotos, ilustrações, vídeos, gravuras e vetores para uso nas publicações digitais e impressas do TRE Rondônia sob pena do Tribunal ser demandado judicialmente por uso indevido fotos, ilustrações, vídeos, gravuras e vetores. O TRE-RO já contratou assinatura semelhante para 2019, 2020 e 2021, PSEI 0002579-29.2018.6.22.8000, 0002302-76.2019.6.22.8000 e 0003261-13.2020.6.22.8000.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Data em que deve ser iniciada a prestação de serviços ou a entrega do objeto:**

*Imediatamente após a assinatura do termo contratual.*

Registra-se que este documento não substitui os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que serão realizados após despacho autorizando a presente Solicitação de Contratação.

Assim, encaminho os autos para análise e deliberação dessa autoridade administrativa.

0000421-59.2022.6.22.8000

0788393v2



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Noe Silva, Técnico Judiciário**, em 07/02/2022, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MICHEL ANDRADE DO NASCIMENTO, Chefe de Seção**, em 07/02/2022, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0788393** e o código CRC **B83C0721**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**ETP - PARA DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO**

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Para cumprimento do [inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93](#), encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) para apreciação e eventual aprovação de Vossa Senhoria, com os elementos iniciais que integrarão o Projeto Básico para a pretensa contratação.

<b>Contratação direta:</b>  <i>(Indicar o dispositivo legal de enquadramento da contratação. Acaso enquadrada no art. 24, inciso I, II, IV e V, com valores definidos nesses dispositivos, apresentar a complexidade que justifica a adoção de ETP)</i>	(x) Dispensa de licitação. Art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93.  ( ) Inexigibilidade de licitação – Art. 25, ____, da Lei n. 8.666/93.
<b>Unidade solicitante:</b>	Seção de Comunicação Social - SECOMS
<b>Unidade demandante:</b>	Seção de Comunicação Social - SECOMS
<b>Servidor ou equipe responsável pela elaboração do projeto básico da contratação:</b>	Michel Andrade do Nascimento  Andrey Noé Silva
<b>Contratação com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC?</b>	( ) Sim.  (x) Não. Trata-se de assinatura de banco de imagens para download de fotos, ilustrações, vídeos, gravuras e vetores para uso nas publicações digitais e impressas do TRE Rondônia sob pena do Tribunal ser demandado judicialmente por uso indevido fotos, ilustrações, vídeos, gravuras e vetores.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Houve contratação semelhante em exercícios anteriores?</b>	<p>( ) Não. (Se assinalado, não responder os demais).</p> <p>(x) Sim.</p> <p>( ) Houve incidentes durante o procedimento de seleção da proposta ou na execução do contrato, ou em ambos?</p> <p>Resposta: Não.</p> <p>( ) As lições aprendidas estão sendo consideradas neste estudo?</p> <p>Resposta: Sim.</p>
<b>Justificativa:</b>	<p>Trata-se de assinatura de banco de imagens para download de fotos, ilustrações, vídeos, gravuras e vetores para uso nas publicações digitais e impressas do TRE Rondônia sob pena do Tribunal ser demandado judicialmente por uso indevido fotos, ilustrações, vídeos, gravuras e vetores.</p> <p>TRE-RO já contratou assinatura semelhante para 2019 e 2020, PSEI <a href="#">0002579-29.2018.6.22.8000</a> e <a href="#">0002302-76.2019.6.22.8000</a>.</p>
<b>Objeto:</b>	<p>Contratação, pelo período de <b>12 meses</b>, de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para utilização pela Justiça Eleitoral em Rondônia</p>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Quantidade:</b>  Acesso a uma assinatura ao serviço e compartilhamento pela internet, com utilização de login e senha, tendo a possibilidade de acesso <i>on-line</i> simultâneo por usuários e computadores diferentes.	<b>Previsão inicial de valores:</b>  (x) Não.  ( ) Sim. Informar:
<b>Data prevista para o início das entregas ou para a prestação dos serviços:</b>	Imediatamente após a assinatura do instrumento contratual

0000421-59.2022.6.22.8000

0788803v5



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Noe Silva, Técnico Judiciário**, em 08/02/2022, às 15:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MICHEL ANDRADE DO NASCIMENTO, Chefe de Seção**, em 08/02/2022, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0788803** e o código CRC **D87E09F7**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**

<b>Valor estimado da contratação:</b>	R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais)
<b>Forma de aquisição:</b>	( ) Licitação.  (x) Aquisição direta.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Classificação da contratação:</b>	(x) Aquisições e contratações gerais, <b>EXCETO obras e serviços de engenharia e prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, regulados pela Instrução Normativa SG/ME n. 5, de 2 de maio de 2017.</b>  ( ) SOLUÇÕES DE TIC (Resolução CNJ n. 182/2013).
<b>Objeto:</b>	Contratação, pelo período de <b>12 meses</b> , de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para utilização pela Justiça Eleitoral e Rondônia
<b>Servidor ou servidores responsáveis pela estimativa de preços:</b>	Servidor 1: Hermenson Pereira da Silva, Lotação: SLC
<b>Norma utilizada para a estimativa de preços:</b>	(x) Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020.  ( ) Outra norma/fonte/critério de pesquisa de preços (JUSTIFICAR):
<b>Critérios:</b>	<b>A cotação de preços observou as condições comerciais praticadas na forma do art. 4º da IN SG/ME 73/20.</b>  (x) INFORMAR quais condições constaram da cotação:  Na fase de estimativa de preços, foram observadas as diretrizes do art. 4º da IN SG/ME. 73/20, sendo consultado o mercado local sobre as práticas comerciais, bem como a definição de objeto, os prazos e local de entrega, além da dispensa de garantia, ante o pequeno valor econômico envolvido, § 2º da Lei n. 8.666/93.  ( ) Não houve observação do art. 4º da IN SG/ME 73/20. (JUSTIFICAR):
<b>Parâmetros adotados na estimativa de preços:</b>	<b>I - ASSINALAR quais parâmetros do art. 5º da IN SG/ME 73/20 foram utilizados:</b>  ( ) Inciso I - Painel de Preços; ( ) Inciso II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos; ( ) Inciso III - Sados de pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; (x) Inciso IV - Pesquisa direta com fornecedores.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p><b>II - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:</b></p> <p>( ) Sim</p> <p>(x) Não. Justificativa: A natureza do objeto, ao qual tem como suas principais necessidades internas do órgão, faz com que a estrita observância dos incisos I e II possa acarretar em prejuízos ao efetivo implemento da solução apontada. Sendo assim, priorizou-se a busca pelo mercado local para a definição de preços e as práticas comerciais efetivamente desempenhadas.</p> <p><b>III - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados todos os requisitos listados no § 2º do art. 5º da IN SG/ME 73/20.</b></p> <p>(x) Sim, todos.</p> <p>( ) Parcialmente ou não observado (JUSTIFICAR):</p> <p>( ) Caso não tenha utilizado a IN SG/ME 73/20 DESCREVER os critérios e parâmetros adotados na pesquisa de preços: _____</p>
<p><b>Metodologia para obtenção da estimativa de preços:</b></p>	<p>Arts. 6º da IN SG/ME 73/20:</p> <p><b>I - INSERIR no ANEXO I desta Informação o QUADRO com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, lincadas com o número dos eventos do SEI.</b></p> <p>( ) Não há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p>(x) Há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p><b>II - ANALISAR de forma crítica os preços coletados e descritos no Anexo I, em especial, quando houver <u>grande variação</u> entre os valores apresentados (§ 3º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</b></p> <p><b>III - Há valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados?</b></p> <p>( ) Sim, se forem desconsiderados, FUNDAMENTAR (§ 2º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</p> <p>(x) Não há valores com essas características.</p> <p>Observação: Apesar das variações apresentadas na consulta ao mercado local pela SLC, tal fato não implica necessariamente em excessos ou inconsistências.</p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p><b>IV - Após os procedimentos acima, INSERIR NO ANEXO II o</b> <b>Informação novo QUADRO com os PREÇOS FINAIS ESTIMADOS</b> <b>para a licitação ou contratação direta, as fontes pesquisadas - link</b> <b>com o número do evento no SEI</b> - decorrentes da média, mediana menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo seja sobre um conjunto de três ou mais preços, OU de forma excepcional justificada abaixo, em número menor, desde que aprovado pela autoridade competente (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</p> <p><b>V - Para esta contratação serão utilizados outros critérios</b> <b>métodos?</b> Caso positivo, deverão ser devidamente justificados nos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente (§ 4º art. 6º da IN SG/ME 73/20):</p>
<b>Publicação:</b>	<p><b>Valor estimado é significativo</b></p> <p>(x) Não, Observação: Não aplicável ao caso, por tratar-se de contratação direta.</p> <p>( ) Sim (INDICAR O FUNDAMENTO):</p> <p><u>Nota:</u> Ainda que se trate de preço com divulgação restrita na fase de publicação do edital da licitação, a publicação dos dados deste formulário ocorrerá após a finalização do certame.</p>

**ANEXO I - PREÇOS OBTIDOS NA PESQUISA**

EMPRESA	OBJETO	VALOR	HABILITAÇÃO	RESULTADO
G3 ( <a href="#">0793212</a> , pag. 3)	Contratação, pelo período de <b>12 meses</b> , de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para utilização pela Justiça Eleitoral em Rondônia	-	-	NÃO COTA





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PULSAR ( <a href="#">0793212</a> , pag. 1 e 2)	Contratação, pelo período de <b>12 meses</b> , de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para utilização pela Justiça Eleitoral em Rondônia	-	-	NÃO COTA
AGBPHOTO ( <a href="#">0793212</a> , pag. 4 e 5)	Contratação, pelo período de <b>12 meses</b> , de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para utilização pela Justiça Eleitoral em Rondônia	-	-	NÃO COTA
SX CORP ( <a href="#">0793205</a> )	Contratação, pelo período de <b>12 meses</b> , de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para utilização pela Justiça Eleitoral em Rondônia	8.900,00	OK ( <a href="#">0793245</a> )	COTAÇÃO VÁLIDA
EASY PIX ( <a href="#">0793196</a> )	Contratação, pelo período	9.000,00	OK ( <a href="#">0793220</a> )	COTAÇÃO VÁLIDA



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	de <b>12 meses</b> , de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para utilização pela Justiça Eleitoral em Rondônia			
ADEL ( <a href="#">0793201</a> )	Contratação, pelo período de <b>12 meses</b> , de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para utilização pela Justiça Eleitoral em Rondônia	14.900,00	OK ( <a href="#">0793227</a> )	COTAÇÃO VÁLIDA
SHUTTERSTOCK ( <a href="#">0793210</a> )	Contratação, pelo período de <b>12 meses</b> , de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para utilização pela Justiça Eleitoral em Rondônia	24.499,00	-	COTAÇÃO INVÁLIDA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ANEXO II - PREÇOS CONSIDERADOS PARA A ESTIMATIVA FINAL**

<b>EMPRESA</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR</b>	<b>HABILITAÇÃO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>APTA A CONTRATAÇÃO DIRETA</b>
SX CORP ( <a href="#">0793205</a> )	Contratação, pelo período de <b>12 meses</b> , de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para utilização pela Justiça Eleitoral em Rondônia	8.900,00	OK ( <a href="#">0793245</a> )	COTAÇÃO VÁLIDA	<b>Sim. Justificativa: Art. 24, II, da lei n. 8.666/1993.</b>
EASY PIX ( <a href="#">0793196</a> )	Contratação, pelo período de <b>12 meses</b> , de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para utilização pela Justiça Eleitoral em Rondônia	9.000,00	OK ( <a href="#">0793220</a> )	COTAÇÃO VÁLIDA	Não
ADEL ( <a href="#">0793201</a> )	Contratação, pelo período de <b>12 meses</b> , de assinatura e acesso a Banco de Imagens <i>on-line</i> para	14.900,00	OK ( <a href="#">0793227</a> )	COTAÇÃO VÁLIDA	Não



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	utilização pela Justiça Eleitoral em Rondônia				
--	--	--	--	--	--

Concluídos os procedimentos acima, encaminho a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação à SAOFC, acompanhada dos comprovantes de Cotação de Preços, Pesquisa de Mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados neste formulário, bem como o ETP e Projeto Básico para apreciação e aprovação pela autoridade competente.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **MICHEL ANDRADE DO NASCIMENTO, Chefe de Seção**, em 24/02/2022, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0795204** e o código CRC **367D5FD3**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

## **PROJETO BÁSICO Nº 1/2022 - PRES/COPRESI/SECOMS**

### **1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX e 7º, inciso I, ambos da Lei n. 8.666/93 e, ainda, das regras da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, elaboramos o presente Projeto Básico que objetiva a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de acesso a Banco de Imagens *on-line*.

Sua elaboração observa, ainda, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução n. 23.234, de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25/03/2010, bem como as inovações legislativas advindas da Lei 14.065, de 30 de setembro de 2020.

### **2 - OBJETO**

Contratação, pelo período de **12 meses**, de assinatura e acesso a Banco de Imagens *on-line* para utilização pela Justiça Eleitoral em Rondônia. O plano deve disponibilizar, no mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) imagens de alta resolução por mês. O saldo eventualmente não utilizado em um determinado mês permanecerá disponível para download nos meses seguintes.

#### **2.1 Da especificação e detalhamento dos serviços:**

I - O plano de assinatura anual deve contemplar, no mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) imagens de alta resolução por mês para **diversos usuários (logins) com possibilidade de acesso *on-line* simultâneo em computadores diferentes**, sem limitação diária de downloads.

II - O objeto deverá conter, no mínimo, as características descritas no **QUADRO 1** adiante:

<b>QUADRO 1</b>	
<b>CARACTERÍSTICAS</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>
Quantidade no banco de imagens	No mínimo, 5 (cinco) milhões de imagens de alta resolução (incluindo desejável também que o banco contenha imagens exclusivas).
Tipo de imagens	Fotos, ilustrações, gravuras e vetores.
Acesso ao serviço e compartilhamento	Pela internet, com utilização de login e senha, para diversos usuários, com acesso <i>on-line</i> simultâneo em computadores diferentes.
<i>Downloads</i> de imagens e vetores	No mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) imagens de alta resolução por mês. O saldo eventualmente não utilizado em um determinado mês permanecerá disponível para download compreendidos no período de vigência do contrato.
Uso/destinação das imagens e vetores	<b>a) Uso Digital:</b> sites; modelos de site; postagem em contas institucionais (facebook, youtube etc) <i>banners</i> educativos; protetores de tela; papéis de parede; modelos de apresentação ( <i>PowerPoint, Flash</i> etc.); modelos de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	TV, uso em vídeos e filmes; itens para distribuição gratuita; uso <b>b. Uso impresso:</b> capas e ilustrações para folhetos, <i>flyers</i> , <i>folders</i> inteiramente ou em grande parte de ilustrações, com finalidade de publicidade em jornais e revistas; materiais de propaganda ou p de visita; pôsteres e cartazes educativos; capas de CD/DVD; pa lápis e adesivos; atrativos; calendários; canecas e copos; <i>mousep</i> uso não comercial; etc.
Idioma/interface do site/plataforma de acesso ao banco de imagens	Exclusivamente em Português BR.
Suporte	Mínimo de segunda a sexta-feira em horário comercial, com ate O suporte técnico deve compreender a solução de problemas, in O fornecedor deverá oferecer suporte, de segunda a sexta-feira, fixo no Brasil e e-mail institucional.

III – A contratada deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da assinatura da carta-contrato, sendo este marco temporal adotado como data-base para fins de apuração do período de **12 meses** de efetiva disponibilização dos serviços.

Os dados de acesso deverão ser encaminhados para os **e-mails: [secoms@tre-ro.jus.br](mailto:secoms@tre-ro.jus.br)**, dentro do prazo definido para disponibilização do acesso ao banco de imagens e a assinatura deverá ser realizada em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

IV – O Art. 15, inciso III, da Lei n. 8.666/93 estabelece uma regra geral para as aquisições públicas, dispondo que essas devem se submeter às condições de aquisição e pagamento semelhantes àquelas do setor privado. Assim, o pagamento da assinatura anual será realizado em **parcela única**, tão logo iniciada a prestação dos serviços pela contratada.

### **3 - JUSTIFICATIVA**

#### **3.1 Da necessidade:**

Para execução de suas atividades regimentais, a Seção de Comunicação Social necessita utilizar imagens nos folhetos, *flyers*, *folders*, cartilhas, jornais, livros e revistas em publicações de endomarketing e marketing externo no Youtube, Facebook, Twitter, Instagram, Intranet,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Internet e publicações das diversas frentes de trabalho, tais como posts em redes sociais, atividades da Patrulha Eleitoral, do Eleitor do Futuro, da Memória Eleitoral e demais campanhas institucionais necessárias na consecução do cumprimento da missão institucional desta Justiça Especializada.

Ocorre que o atual contrato de Banco de Imagens está com prazo expirado desde o dia 11 de janeiro do corrente ano, consoante Carta Contrato nº 36/2019 (evento nº [0647876](#)).

As imagens contribuem para melhor transmissão da mensagem tornando mais eficaz a comunicação com os diversos públicos-alvo. A busca de imagens num Banco de Imagens se torna necessária em razão da qualidade e do ineditismo das imagens ali depositadas.

Dessa forma, objetiva-se ampliar a comunicação visual, eletrônica e moderna com os eleitores, imprensa, jurisdicionados, advogados, candidatos, partidos, servidores, magistrados, demais profissionais do TRERO e a população em geral, oferecendo por meio das redes sociais, vídeos institucionais e Portal do Tribunal um canal de distribuição virtual de conteúdo de informações relevantes, com uma linguagem com uso de imagens, vídeos, gráficos e artes, conforme utilizado mundialmente na Internet.

Como o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia não possui recursos pessoais e técnicos próprios para atender a demanda para produção de artes gráficas e de conteúdo eletrônico publicitário, é imprescindível a contratação de uma empresa especializada nessa prestação de serviços, nos termos descritos neste PB.

De forma meramente exemplificativa, tais peças podem compreender:

**a) Uso Digital:** sites, postagem em redes sociais (*Facebook, Twitter, Youtube* e *Instagram*) *banners* educativos; *e-cards*; *e-mails*; *e-books*; apresentações, propaganda de TV, uso em vídeos e filmes;

**b. Uso impresso:** capas e ilustrações para folhetos, *flyers*, *folders*, cartilhas jornais, livros e revistas; propaganda ou publicidade em jornais e revistas; materiais de propaganda ou publicidade impressos; cartões de visita; pôsteres e cartazes educativos; etiquetas; papelaria: pastas, cadernos, canetas, lápis e adesivos; atrativos; calendários; canecas e copos; *mousepads*; camisetas, roupas.

### **3.2 Da solução banco de imagens:**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Esta unidade entende que, pelas suas características e diversidade, **o Banco de imagens é a ferramenta que melhor atende as demandas aqui descritas, sem expor o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ao risco de ser responsabilizado pela utilização de imagens protegidas por direitos autorais, devendo sempre citar a fonte.**

Esse é o entendimento registrado no **Manual de Direitos Autorais do Tribunal de Contas da União** (Panzolini, Carolina. Manual de direitos autorais/Carolina Panzolini, Silvana Demartini – Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Administração, 2017. 100p.) *verbis*:

*“Crédito de imagens retirada de banco de imagens (públicas ou compradas)*

*Sempre que se utilizar de imagens retiradas de banco de imagens, faz-se necessário mencionar a fonte, em respeito ao Direito de Paternidade, uma vez que a disponibilização das imagens por meio de banco de dados apenas significa que os direitos morais foram cedidos, viabilizando o seu uso por aqueles meios.” (ob. cit. p. 88-89).*

Nesses termos, a solução apontada para atender as demandas permitirá que os trabalhos desenvolvidos no Tribunal tenham um ganho na qualidade profissional, sem descuidar da necessária observância das normas de direitos autorais, especialmente aquelas previstas nos incisos VII a IX do Artigo 7º da Lei n. 9.610/1998.

## **4 - ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 004/2008 deste Tribunal, este projeto básico detalha a contratação de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste projeto básico vem ao encontro dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber: Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade.

- **VISÃO DE FUTURO:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.

- **VALORES:**

Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, inovação e transparência.

### **5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

O Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010 dispõem sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Tem-se ainda, nessa seara normativa, a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009 que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010 que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010 que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

**EM RAZÃO DA NATUREZA DO OBJETO**, dispensamos providências rígidas, bem como **dispensamos o procedimento de logística reversa**, não aplicável ao caso.

Como boa prática, eventuais tutoriais de acesso ou instruções de uso das plataformas poderão ser informados mediante vídeo ou pdf (eletronicamente).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **6 - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor total estimado desta contratação é de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais), conforme **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DE VALORES** (Evento SEI n. [0795204](#)).

Os preços foram obtidos através de pesquisa de mercado (Evento SEI n. [0793256](#)) elaborada pela **SLC** em conformidade com as rotinas da fase de estimativa de preços da IN STI/MPOG 73/2020.

Importante detalhe é que a metodologia para estimativa do valor é formalmente aceita pela corte de contas - TCU e, neste caso em específico, foi fundado no Art. 24, II, da Lei n. 8.666/1996, em consonância com o capítulo 8 deste Projeto Básico.

<b>QUADRO 2</b>		
<b>EMPRESA</b>	<b>HABILITAÇÃO E COTAÇÃO REGULAR</b>	<b>VALOR ANUAL</b>
SX COR	Sim (x) Não ( )	R\$ 8.900,00
EASY PIX	Sim (x ) Não ( )	R\$ 9.000,00
ADEL	Sim (x) Não ( )	R\$ 14.900,00

### **7 - DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

A contratação especificada neste Projeto Básico será custeada pelo Orçamento Ordinário do exercício de 2022, conforme demonstrado no **QUADRO 3** adiante:

<b>QUADRO 3</b>	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Orçamento Ordinário (Manutenção geral)
AGREGADOR	Operação dos serviços administrativos
DESPESA AGREGADA	Serviços de filmagem (audiovisuais) e plataformas sociais



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PLANO INTERNO	ADM APOIO
VALOR ESTIMADO DOS SERVIÇOS PARA 2022	R\$ 8.900,00

## **8 - DA POSSIBILIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR DA DESPESA E DAS REGRAS APLICÁVEIS À COTAÇÃO DE PREÇOS**

### **8.1 Dispensa de licitação em razão do valor.**

Nos termos da lei matéria sobre licitações, 8.666/93, especificamente em seu artigo 24, inciso II, o legislador atribuiu ao gestor público a possibilidade de contratação mediante dispensa, desde que respeitados os limites legais:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" (convite - até R\$ 176.000,00 -cento e setenta e seis mil reais -, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

Ocorre que a lei n. 14.065, de 30 de setembro de 2020, adequou os limites de dispensa de licitação, conforme art. 1º, I, veja-se:

Art. 1º A administração pública dos entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos fica autorizada a:

I - dispensar a licitação de que tratam os [incisos I e II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), até o limite de:

a) R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para obras e serviços de engenharia, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizados conjunta e concomitantemente; e

b) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para outros serviços e compras, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço ou de compra de maior vulto, que possam ser realizados de uma só vez;

A proposta apresentada possui o valor dentro dos limites que possibilitam sua dispensa, inovados pelo art. 1º I, lei 14.065 de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2020; estando em idioma nacional, atendendo ao propósito desta unidade nas atividades de pesquisa e de acordo com as especificações de objeto.

Portanto, tomando-se por base as propostas apresentadas, a que melhor se enquadra às necessidades deste TRE-RO, tanto em qualidade dos serviços, quanto em valor da contratação, refere-se à empresa **SX TECNOLOGIA E SERVICOS CORPORATIVOS EIRELI, CNPJ n. 14.278.276/0001-40, representada no valor total de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais) valor total para disponibilização e acesso por 12 meses.** Foi juntado aos autos a comprovação de regularidade para contratar com o setor público demonstrada pelas certidões juntadas no evento SEI n. [0793245](#). Assim, esta unidade entende que a contratação pode ser realizada diretamente, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei n. 8.666/93 c/c art. 1º I, lei 14.065 de 2020.

### **Dados da futura contratada [0793205](#):**

**CNPJ n.** 14.278.276/0001-40

**Email:** [licitacao@sxcorp.com.br](mailto:licitacao@sxcorp.com.br)

**Endereço:** Rua dos Inconfidentes, n. 867, andar 02, Bairro Savassi - Belo Horizonte/MG - CEP 30.140-128

### **Dados Bancários:**

Banco: **Itaú**

Agência: **3117**

Número da conta-corrente: **3.200-3**

### **Dados do representante legal:**

Nome: Saulo Guimarães Pedrosa

RG: 11.077388 PC-MG

CPF: 076.684.356-46

### **8.3 Da habilitação:**

a) **Habilitação jurídica:** Tratando-se de sociedades comerciais, a cotante deverá apresentar regularidade no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**b) Habilitação fiscal:** A cotante deverá comprovar regularidade no SICAF. Caso não possua cadastro regular no SICAF deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação: regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ).

**c) Habilitação técnica:** Dispensada com fundamento no parágrafo único do Art. 26 c/c parágrafo § 1º do Art. 32, ambos da Lei n. 8.666/93.

## **9 - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

### **9.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À ASSINATURA DO CONTRATO:**

I - Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será firmada **Carta-Contrato** regulando a relação entre a Administração contratante e a empresa Contratada, cuja minuta encontra-se no evento;

II - Para formalizar a contratação, a adjudicatária deverá assinar a carta-contrato no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, via e-mail, pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI);

III - No ato da assinatura da carta-contrato a cotante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas:

a) verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

b) na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) realizado o cadastramento no SEI, a Administração disponibilizará um canal eletrônico de comunicação de dados (link), contendo o inteiro teor do termo da carta-contrato para assinatura eletrônica. O prazo de 2 (dois) dias úteis para assinatura será contado da data da efetiva disponibilização do instrumento no SEI.

### **9.2 REGRAS GERAIS DO CONTRATO:**

I - À relação contratual, além das disposições previstas na cotação de preços, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) em conjunto com as regras do Código Civil Brasileiro;

II – Caso a adjudicatária se recuse a assinar o instrumento contratual injustificadamente, ou não apresente situação regular no ato da assinatura, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor adjudicado, podendo ainda ser caracterizado o descumprimento total da obrigação, conforme art. 81 da Lei n. 8.666/93, e sujeitos as sanções legalmente estabelecidas neste instrumento;

III - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais, este projeto básico, a cotação de preços e a proposta de preços ofertada pela contratante, independentemente de transcrição;

IV - Com a assinatura do contrato a adjudicatária se obriga a realizar seu objeto nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais e contratuais.

### **9.3 DA DISPENSA DE GARANTIA CONTRATUAL:**

#### **I - Segundo Marçal:**

*“A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele.” (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).*

II - Esta unidade entende que a garantia poderá ser dispensada em razão do pequeno valor do contrato, aplicando-se, ao caso os critérios de razoabilidade e racionalidade em face dos custos da operação bancária da garantia e, principalmente, pela ineficácia efetiva de garantias inferiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais) de acordo com o limite definido pelo Art. 56, § 2º da Lei n. 8.666/93.

### **9.4 DO PRAZO DE VIGÊNCIA, DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO, DO REAJUSTE E EVENTUAL REEQUILÍBRIO E DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:**

**a) Prazo de execução dos serviços:** o acesso aos serviços deverá ser disponibilizado até 05 dias após a assinatura do contrato.

**b) Prazo de vigência do contrato:** A carta-contrato terá vigência de **12 meses**, a partir da efetiva disponibilização da prestação dos serviços ao contratante.

**c) Possibilidade de reequilíbrio:** Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo Art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei n. 8.666/93.

**d) Possibilidade de alterações:** Havendo necessidade, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

### **9.5 DAS OBRIGAÇÕES:**

#### **9.5.1 São obrigações da Administração contratante:**

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste PB;

I – Expedir a nota de empenho no valor da contratação e enviá-la à contratada;

III - Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - Receber os serviços da assinatura anual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o início da disponibilização dos serviços;

V – Rejeitar os serviços da assinatura anual, na eventualidade da contratada não disponibilizar, de forma injustificada, os acessos aos serviços objeto da contratação ou fazê-lo em desacordo com as regras deste projeto básico;

VI - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

VII - Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas no contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, se injustificadas;

VIII - Aplicar à contratada as sanções legais, regulamentares e contratuais;

IX - Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela contratada;

X – Realizar o pagamento antecipado da assinatura anual à contratada, observadas as seguintes regras:

a) A contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura em conformidade com o preço contratado;

b) O pagamento será realizado mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da contratada, na conta corrente indicada na proposta comercial, **em até 5 (cinco) dias úteis após a disponibilização dos serviços por meios do acesso ao banco de imagens** e atestação da nota fiscal/fatura pelo fiscal do contrato;

c) No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar regularidade fiscal e trabalhista;

d) O contratante fará as retenções legais aplicáveis;

e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f) Eventual compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

XI - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **9.5.2 São obrigações da contratada:**

I - Executar os serviços de acordo com termos, condições e prazos descritos neste Projeto Básico, podendo ser destacado, entre outras obrigações:

a) disponibilizar ininterruptamente o acesso e uso das imagens;

b) garantir a continuidade da prestação dos serviços, providenciando a imediata correção de falhas identificadas na sua execução, sem ônus adicionais ao contratante;

c) disponibilizar as imagens com a qualidade proposta;

d) manter os canais de suporte na forma e condições registradas na sua proposta.

II - Iniciar a prestação dos serviços, por meio da disponibilização do acesso ao banco de imagens, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, sob pena das sanções descritas neste projeto básico;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – Apresentar a nota fiscal/fatura dos serviços para pagamento;

IV - Comunicar por escrito eventual atraso ou anormalidade que possa interromper ou paralisar a prestação dos serviços, prestando os esclarecimentos e justificativas ao contratante;

V - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante;

VI - Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio do contratante ou de terceiros, desde que advindo de sua culpa dolo na prestação dos serviços, ainda que de forma involuntária;

VII - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

VII - Não transferir a outrem o objeto do contrato;

VIII – Manter-se, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação;

IX - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do seu valor, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93.

X - Sujeitar à ampla fiscalização da contratante, inclusive respondendo a todas as solicitações e diligências que se fizerem necessárias.

### **9.6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**9.6.1** O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

**I - Descumprir o prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos** após a assinatura do contrato **para iniciar a prestação dos serviços** por meio da disponibilização do acesso ao banco de imagens:

a) Até 5 (cinco) dias corridos de atraso: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

b) De 6 (seis) a 15 (quinze) dias corridos de atraso: multa de 20% (dez por cento) sobre o valor do contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Atraso superior a 15 (quinze) dias corridos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**II – Interromper a prestação dos serviços** objeto do contrato:

a) Até 5 (cinco) dias de interrupção: atrasos: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

b) De 6 (seis) a 15 (quinze) dias de interrupção: atrasos: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

c) Interrupção superior a 15 (quinze) dias corridos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**III – Deixar de prestar suporte ou presta-lo de forma ineficaz**, contrariando as condições estabelecidas no contrato:

a) primeira ocorrência: multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;

b) segunda ocorrência: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

c) terceira ocorrência: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

d) quarta ocorrência: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**IV - Descumprir as demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Primeiro descumprimento: multa de 5% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

b) De 2 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

c) Mais de 5 (cinco) descumprimentos: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**9.6.2** Nas hipóteses de inexecução parcial ou total injustificada das obrigações estipuladas neste PB, com fundamento no



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Artigo 87 da Lei n. 8.666/93, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

**a)** advertência;

**b)** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada;

**c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à contratada, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

O valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas à contratada, deverá ser automaticamente descontada do pagamento da fatura a que fizer jus.

No caso do valor do crédito a que fizer jus a contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

Caso a contratada não tenha créditos a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas a mesma, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

Caso a contratada não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste PB, seu valor será corrigido com juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

anterior ao do pagamento, conforme determina o art. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e o Acórdão n. 1.603/2011 do Tribunal de Contas da União.

Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida IN TRE/RO n. 004/08, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

### **9.7 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

I – A gestão e a fiscalização do instrumento contratual serão exercidas pela Seção de Comunicação Social SECOMS, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008.

II - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

III - Os procedimentos adotados são os previstos neste projeto básico, na Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 e na legislação em vigor.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **9.8 DA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO**

I - As especificações do objeto descrito neste projeto básico foram elaboradas pelo servidor Michel Andrade do Nascimento.

II - As demais regras administrativas foram elaboradas pelos servidores Michel Andrade do Nascimento e Andrey Noé Silva.



Documento assinado eletronicamente por **MICHEL ANDRADE DO NASCIMENTO, Chefe de Seção**, em 24/02/2022, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Noe Silva, Técnico Judiciário**, em 24/02/2022, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0795252** e o código CRC **F4AD7DAD**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000421-59.2022.6.22.8000

INTERESSADO: **SECOMS**

ASSUNTO: Análise – Dispensa de Licitação em razão do valor - Assinatura de Banco de Imagens. Minuta de Carta-contrato.

### **PARECER JURÍDICO Nº 46 / 2022 - PRES/DG/AJDG**

#### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Comunicação Social (SECOMS), objetivando a contratação de empresa especializada em fornecimento de Assinatura de Banco de Imagem *on-line* pelo período de 12 (doze) meses, para utilização da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0788390](http://www.tre-ro.jus.br)).

**02.** No Despacho nº 213/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0788512](http://www.tre-ro.jus.br)) o titular da Secretaria de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) autoriza a elaboração do estudo técnico preliminar (ETP), da informação conclusiva do valor estimado e do projeto básico (PB) para a contratação pretendida, solicitada pelo chefe da unidade citada, conforme Solicitação de Contratação 7 ([0788393](#)).

**03.** Em seguida, a unidade demandante juntou o ETP – Para Dispensas e Inexigibilidades ([0788803](#)), bem como, após diversas providências, a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0795204](#)) e o PB nº 1/2022 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0795252](#)), contendo a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, condições de participação e habilitação, contrato, pagamento e gestão e fiscalização.

**04.** Registra-se que o chefe da Seção de Licitação e Compras (SLC) informou a elaboração da cotação de preços para o serviço pretendido e seu envio ao mercado especializado, bem como as ocorrências deste procedimento, como se verifica na Informação nº 16/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0793256](#)).

**05.** O secretário da SAOFC, por meio do Despacho nº 331/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0795358](#)), direciona os autos à COMAP para a análise do PB, à COFC para programação orçamentária da possível despesa, e, por último, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, com vistas ao retorno dos autos ao Gabinete da SAOFC para a devida manifestação e prosseguimento do feito.

**06.** Em seguida, em observância do Despacho nº 158/2022 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0795513](#)), a SPOF juntou aos autos o Pré-empenho e programação orçamentária no valor de **R\$ 8.900,00** (oito mil e novecentos reais), considerando o inc. VI do art. 5º da **Instrução Normativa TRE-RO nº04/2008**, subentende-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**07.** Por sua vez, a COMAP, unidade responsável pelas avaliações dos Termos de Referências, nos termos do item **XXIV do art. 3º da IN TRE nº 004/08**, concluiu que o PB juntado, complementado pela Cotação de Preços realizada, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecido pelo art. 14 da Lei nº 8.666/93, manifestando-se ao final pela adjudicação do objeto a proponente **SX**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Tecnologia e Serviços Corporativos Eireli, CNPJ 14.278.276/0001-40**, para contratar com a Administração Pública, a qual ofertou menor preço (Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 20/2022 - [0799687](#)).

**08.** Em razão da Remessa nº 59/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0800587](#)), a SECONT carreu aos autos minuta da carta-contrato ([0800627](#)), e o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica ([0800628](#)). É o necessário relato.

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**09.** A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

**10.** Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

II - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**11.** Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, “a”, da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais).

**12.** No caso em tela, o valor da aquisição pretendido é de **R\$ 8.900,00** (oito mil e novecentos reais), conforme demonstrado no Projeto Básico ([0795252](#)) e na Cotação de Preço realizada ([0793205](#)). Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

**13.** É importante esclarecer que o PB apresentou como uma das fundamentações jurídicas da contratação pretendida a **Lei 14.065, de 30/09/2020, revogada automaticamente em 31/12/2020**, quando ocorreu o prazo cabal da vigência do Decreto Legislativo nº 6/2020 (ato normativo que reconheceu o Estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia), a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qual estava atrelada. Logo, tendo em vista o caráter provisório da norma citada, e, apesar de não ter interferido na definição do embasamento da lei apresentado acima, **faz-se necessário a retirada do texto do PB as menções a Lei 14.065, de 30/09/2020, a fim de que não haja futuros equívocos na gestão e execução do contrato decorrente destes autos.**

**14.** Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado especializado, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

**15.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.**

**16.** No vertente caso, foram obtidas no mercado especializado 03 (três) cotações de preços válidas ([0793201](#), [0793205](#) e [0793210](#)) - ofertadas por empresas aptas a contratar com o setor público, como se verifica na Informação nº 16/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0793256](#)). São elas:

- **SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS**  
EIRELI, CNPJ nº 14.278.276/0001-40, apresentou proposta do valor total de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais) - [0793205](#) - e habilitação fiscal e trabalhista regulares - [0793245](#);
- **EASYPIX BRASIL COMÉRCIO E PRODUÇÕES**  
FOTOGRAFICAS LTDA - ME, CNPJ nº 12.216.273/0001-57, apresentou proposta do valor total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) - [0793196](#) - e habilitação fiscal e trabalhista regulares - [0793220](#); e
- **ADEL PRODUÇÕES FOTOGRAFICAS LTDA.**, CNPJ nº 33.512.351/0001-30, apresentou proposta do valor total de R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais) - [0793201](#) - e habilitação fiscal e trabalhista regulares - [0793227](#).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**17.** Essa hipótese vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário**. Veja-se:

***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas***

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, “faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (sem grifo no original)

***Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS***

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**18.** Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI**, CNPJ nº 14.278.276/0001-40, no valor de **R\$ 8.900,00** (oito mil e novecentos reais), justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão **preenchidos**.

**19.** Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

### **Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS**

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n.º 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)

**20.** No presente caso, a empresa que ofertou melhor proposta apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados no evento [0793227](#), devendo apenas ser atualizadas antes da assinatura do contrato, caso haja alguma vencida. Assim, este requisito, também, está sendo observado pela Administração.

**21.** Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente, SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI**, CNPJ nº 14.278.276/0001-40, no valor de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais), a qual ofertou o





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

**22.** Apesar da aplicabilidade do enquadramento legal da dispensa apontada no caso concreto, é necessário a verificação pela Administração de realização de contratação de mesma natureza, com intuito de afastamento de eventual discussão acerca de **fracionamento indevido de despesa**.

**23.** Sobre este tema, Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra Contratação Direta sem Licitação, páginas 154/159, 5ª edição, Editora Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas da União, de que: “O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal” (...) e também o TCU firmou entendimento de que “as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens”.

**24.** Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada Licitações e Contratos – Orientações Básicas, Brasília:

É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa.

Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa. **Acórdão 73/2003 – Segunda Câmara.**

Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas. **Acórdão 407/2008 – Primeira Câmara.**

**25.** Logo, orienta-se que seja observado no planejamento de contratações deste Tribunal, a fim de verificar inexistência de falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações, atentando-se que, na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

26. De outro lado, o PB juntado aos autos ([0795252](#)), complementado pela cotação de preços do proponente, juntada no evento [0793205](#)), possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos. **Todavia, deverá ser respeitado o apontado do tópico 13 deste opinativo.**

### **III – CONCLUSÃO**

27. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela **viabilidade de contratação direta** da empresa SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI, CNPJ nº 14.278.276/0001-40 por dispensa de licitação, nos termos do **art. 24, II, da Lei nº 8666/1993**; e

b) pela apresentação do Projeto Básico nº 1/2022 – PRES/COPRESI/SECOMS ([0795252](#)) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado. Contudo, entende-se necessário o cumprimento do tópico 13 deste parecer.

28. Em atendimento ao comando do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93 passa-se a análise formal dos termos do instrumento contratual. A minuta da carta-contrato ([0800627](#)) encontra-se em conformidade com as regras da Lei Geral de Licitações e Contratos e atende aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, razão pela qual não há reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim, esta AJDG **aprova** seus termos para cumprimento do dispositivo citado. Ainda, antes da assinatura do contrato, deve-se corrigir a data (29/12/2020) contida na cláusula 7º, II, da minuta para que esteja em consonância com o TR, pois se trata de um erro material.

29. Ainda, ressalta-se a necessidade de comprovação da situação de regularidade da empresa, antes da formalização do carta-contrato, porquanto vencida a certidão juntada ao evento 0793245 (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**30.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 21/03/2022, às 11:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO**, Assessor Jurídico, em 21/03/2022, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0803483** e o código CRC **7F3B16D9**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000421-59.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Comunicação Social - SECOMS

ASSUNTO: Autorização - Fornecimento de assinatura de banco de imagens *on-line* pelo período de 12 (doze) meses – dispensa de licitação.

**DESPACHO Nº 297 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Comunicação Social (SECOMS), objetivando a contratação de empresa especializada em fornecimento de Assinatura de Banco de Imagem *on-line* pelo período de 12 (doze) meses, para utilização da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0788390](#)).

A unidade demandante elaborou a Solicitação de Contratação 7 ([0788393](#)), o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Inexigibilidades de Licitação - ETP 1 ([0788803](#)) e a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0795204](#)).

Carreou-se aos autos, também, as cotações de preços válidas obtidas, apresentadas pelas empresas EASYPIX BRASIL COMÉRCIO E PRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS LTDA - ME, CNPJ nº 12.216.273/000 ([0793196](#)), ADEL PRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS LTDA., CNPJ nº 33.512.351/0001-30 ([0793201](#)) e SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI, CNPJ nº 14.278.276/0001-40 ([0793205](#)).

O Projeto Básico nº 1/2022 – SECOMS ([0795252](#)) dimensionou o valor total da contratação em R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais), descreveu o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, possibilidade de contratação direta, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0795555](#)) no valor de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).

A COMAP concluiu pela regularidade do Projeto Básico ([0795252](#)), complementado pela cotação de preços da empresa SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI, CNPJ nº 14.278.276/0001-40 ([0793205](#)), por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 14 da Lei 8.666/93 para **contratação direta com dispensa de licitação**, nos termos do art. 11 da IN n. 004/2008-TRE-RO, bem como manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0799687](#)).

A SECONT, por sua vez, juntou aos autos a minuta da Carta-Contrato ([0800627](#)) e remeteu para a Assessoria Jurídica da DG para análise e parecer ([0800628](#)).

Assim, a Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, através do Parecer Jurídico n. 46/2022 ([0803483](#)), opinou pela viabilidade de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, da empresa SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI, CNPJ nº 14.278.276/0001-40, e pela aprovação do Projeto Básico n. 1/2022-SECOMS ([0795252](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa e manifestou-se pela aprovação, tanto do Estudo Técnico Preliminar como do Projeto Básico; pela regularidade do preço estimado; pela autorização da despesa; pela **contratação direta** da empresa SX TECNOLOGIA E



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI, CNPJ nº 14.278.276/0001-40, por dispensa de licitação, com fulcro no [Inc. II do art. 24 da Lei n. 8.666/93](#) e pela publicação da dispensa apenas no Diário da Justiça Eletrônico - DJE ([0803953](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda não supera o limite legal permitido no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Pelos elementos que se encontram nos autos, observa-se que restou devidamente justificado o preço a ser contratado, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas as contratações diretas, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93**.

Ademais, a **escolha do fornecedor e a justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas na Informação Conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0795204](#)), documento anexo do Projeto Básico 1/2022 ([0795252](#)).

Há justificativa para a contratação pretendida, tendo em vista que, para execução de suas atividades regimentais, a SECOMS necessita utilizar imagens nos folhetos, *flyers*, *folders*, cartilhas, jornais, livros e revistas em publicações de endomarketing e marketing externo no Youtube, Facebook, Twitter, Instagram, Intranet, Internet e publicações das diversas frentes de trabalho, tais como posts em redes sociais, atividades da Patrulha Eleitoral, do Eleitor do Futuro, da Memória Eleitoral e demais campanhas institucionais necessárias na consecução do cumprimento da missão institucional desta Justiça Especializada.

Ademais, o atual contrato de Banco de Imagens está com prazo expirado desde o dia 11 de janeiro do corrente ano, consoante Carta Contrato nº 36/2019 (evento [0647876](#)).

Assim, pelas informações coligidas aos presentes autos, verifica-se que a empresa SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI, CNPJ nº 14.278.276/0001-40 ([0793205](#)) ofertou o menor preço dentre as cotações válidas para a contratação em comento, no valor de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pelo exposto e com base nos documentos e informações constantes dos autos e nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

**1 - Aprovo o ETP nº 1/2022 ([0788803](#)) e o Projeto Básico nº 1/2022-SECOMS ([0795252](#))**, porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93](#);

**2 - Aprovo o preço estimado**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

**3 - Autorizo a despesa, por dispensa de licitação**, com fulcro no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**; e

**4 - Adjudico o objeto à empresa SX TECNOLOGIA E SERVIÇOS CORPORATIVOS EIRELI, CNPJ nº 14.278.276/0001-40, por ter apresentado o menor preço, R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais), e autorizo a emissão de Nota de Empenho** em favor da referida empresa, condicionada à atualização da sua regularidade fiscal.

À SAOFC para **correção da minuta de Carta-Contrato ([0800627](#))**, conforme apontado no item 28 do Parecer jurídico nº 46/2022 - PRES/DG/AJDG ([0803483](#)), no tocante à data (29/12/2020) contida na cláusula 7º, II, da minuta para que esteja em consonância com o TR, e continuidade das ações, visando a contratação pretendida e certificar que esta Administração não realizou contratações da mesma natureza, no presente exercício, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de fracionamento irregular de despesa.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/03/2022, às 18:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0804809** e o código CRC **2FB9D4AE**.